

Violência doméstica, homens e masculinidades^o **(Domestic Violence, men and masculinities)**

Sandra Maria Pinheiro de Freitas Coelho^{*}
Cássia Maria Carloto^{**}

Resumo – A partir de uma perspectiva relacional, o objetivo principal deste trabalho é compreender e analisar como o processo de construção da masculinidade interfere na concepção de idéias, visões de mundo, valores, culminando em relações conjugais violentas crônicas. O texto tem por base uma pesquisa desenvolvida junto a homens de camadas populares, envolvidos em relações afetivo-conjugais heterossexuais violentas, cujas companheiras/esposas foram atendidas pelo Centro de Atendimento à Mulher (CAM), da Secretaria da Municipal da Mulher, do Município de Londrina.

Palavras-chave – Violência conjugal. Gênero e masculinidade.

Abstract - Through a relational perspective, the main objective of this article is to understand and analyze how the process of construction of masculinity interferes in the conception of ideas, world visions, values, culminating in the chronification of violent marital relations. The text is based on a research developed with men from labor class involved in violent heterosexual affective conjugal relations whose wives/partners were attended by the Woman's Service Center (CAM) of the Woman's Municipal Secretary from Londrina.

Key-words – Marital violence. Gender and masculinity.

Os estudos sobre masculinidades são recentes, surgindo com mais intensidade na década de 1990, a partir de diversos interesses. Entre esses interesses, destaca-se o das agências financiadoras nacionais e internacionais que visavam a um maior conhecimento dos homens tendo como preocupação o controle de natalidade nos países em desenvolvimento. A saúde reprodutiva dos homens foi um dos aspectos bastante valorizados por essas agências.

Lembramos que, no decorrer da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD),¹ realizada no Cairo, em 1994, foi destacado que os indicadores de saúde das mulheres só se modificariam efetivamente na medida em que a população

^o Artigo recebido em 30.06.2007. Aprovado em 16.10.2007.

^{*} Assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina, Londrina/PR, Brasil. Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. sandrafcoelho@sercomtel.com.br.

^{**} Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, Brasil. Doutora pela PUCSP. cmcarloto@gmail.com.

¹ Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Tradução revisada por Sonia Correa. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento/CNPD – Fundo de População nas Nações Unidas. Brasil.

masculina também demonstrasse movimentos de mudança em seus padrões de comportamento. Foi enfatizada a necessidade de maior participação dos homens na vida familiar, com o propósito de reequilibrar as relações de poder, para atingir maior igualdade de gênero, bem como a participação masculina no campo da saúde sexual e reprodutiva.

A IV Conferência Mundial sobre Mulheres, em Beijing (1995), enfatizou a importância de inclusão dos homens nos esforços de melhorar as condições de vida de mulheres e meninas. O Programa de Ação do CIPD, por exemplo, procura promover a equidade de gênero em todas as esferas da vida, incluindo família e comunidade. Em 1998, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decidiu voltar sua atenção às necessidades dos homens adolescentes, reconhecendo que não houve um olhar muito cuidadoso por parte dos programas de saúde sobre as questões específicas desses jovens. A UNAIDS dedicou à campanha de AIDS 2000-2001 aos homens, reconhecendo que o comportamento dos mesmos constitui um fator que os coloca em situações de risco, bem como as suas parceiras.

Destacamos também a importante participação do movimento feminista nesse processo que, ao discutir formas de relações de poder entre homens e mulheres, contribuiu para o surgimento de várias formas de questionamentos sobre a masculinidade.

Outros assuntos foram trazidos para os focos de discussões, o que ampliou o campo de análise sobre temas que envolvem as dinâmicas culturais, biológicas, psíquicas e política da vida masculina, constituindo-se num grande avanço devido à escassez de informações nesta área.

No âmbito acadêmico, os estudos sobre masculinidade apresentam-se sob duas perspectivas teórico-metodológicas: a vitimista e aquelas que buscam mudanças diferentes a essa postura.

Costa (2002) comenta que para a corrente vitimista o poder pode ser fonte de dor, isolamento e alienação para os homens; a mesma também analisa as experiências contraditórias de poder entre os homens, procurando considerar o conceito de gênero e enfatizando as distinções de classe, raça, idade; reconhece a distinção entre sexo biológico e gênero socialmente construído e que não existe só uma masculinidade. Essa postura também pode ser encontrada em trabalhos denominados de “Men’s Studies”, que propõem uma união dos homens contra o sexismo. Costa (2002) comenta que esses estudos enfatizam a disjunção entre o agregado poder social dos homens e suas experiências individuais de falta de poder como ponto de partida e modelo de construção para teorização sobre homens. Costa (idem) argumenta que o problema é que esse tipo de estudo parte de uma perspectiva parcial, mas busca uma explicação totalizadora para a masculinidade.

Pode-se considerar que estes estudos correm o risco de resultar em um discurso vitimista, considerando como motivo de opressão e dominação masculinas a necessidade dos homens de cumprir com o papel social deles esperado. Segundo Oliveira (1998), a força é vista como uma máscara para a insegurança e fragilidade masculinas, sendo essa fragilidade demonstrada justamente em situações onde a dominação se expressa. Como contraponto propõe-se a emergência de um “novo homem”, que seja capaz de expressar emoções e se libertar da opressão que o exercício da masculinidade hegemônica lhe impõe.

A associação entre capitalismo e os papéis masculinos é outra linha de pensamento presente em diversos estudos vitimistas. Nolasco (1993), por exemplo, argumenta que o trabalho ao mesmo tempo em que constitui também destrói a masculinidade:

[...] o processo de trabalho nas sociedades capitalistas leva os homens a estranharem a si próprios e a tudo aquilo que produzem. O trabalho tem sido utilizado pelos homens para reduzir a visão crítica sobre eles mesmos, reproduzir os valores patriarcais, alimentar as disputas e os jogos de poder (1993, p. 56).

Esse discurso traz um risco, pois, ao colocar a culpa nas relações de trabalho familiar ou em qualquer outro sistema, não considera que é nas dinâmicas históricas e culturais da sociedade que, a partir de uma multiplicidade de fatores, desenvolvem-se as condições para a reprodução e manutenção das relações sociais desiguais.

Oliveira (1998) fala sobre esse risco e entende que aí está presente uma armadilha ao se defender o discurso da culpa:

[...] se a culpa é do sistema, nada pode ser feito enquanto ele não for alterado; assim eu me eximo de responsabilidades no que diz respeito à minha prática cotidiana, já que sou mero joguete neste sistema demoníaco (1998, p. 103).

Oliveira (idem) argumenta que essa postura desconsidera as questões relativas à dominação dos homens sobre os segmentos a eles subordinados. Também diz que no fundo esse discurso almeja apenas a flexibilização dos papéis como uma forma de diminuir as “exigências da masculinidade”, sem que com isso seja alterada a dinâmica das relações de poder.

Para criticar a postura vitimista, Oliveira (1998, apud MESSENER, 1993) refere-se aos “custos de se estar no topo”, afirmando que um rei deve pautar-se por um decoro maior em função de sua posição, o mesmo ocorre com os que estão no topo.

Os homens continuam a se beneficiar da opressão das mulheres, significativamente: nos últimos vinte anos a anuência das mulheres à hegemonia masculina tem sido contrabalançada pela resistência feminista ativa. Os homens, como grupo, não são oprimidos pelas relações de gênero, mas alguns, certamente, sentem-se ameaçados pelo desafio feminista aos seus poderes e privilégios. Os homens também são afetados por esse sistema de poder: somos, muitas vezes, emocionalmente limitados e comumente temos uma saúde mais precária e uma expectativa de vida menor do que a das mulheres. Mas estes problemas são, com mais precisão, vistos como “os custos de se estar no topo”. De fato, as mudanças nos estilos masculinos que vemos entre homens relativamente privilegiados podem ser interpretadas como um sinal de que estes homens gostariam de parar de pagar estes “custos”, mas isso não significa necessariamente um desejo de parar de estar no topo (OLIVEIRA, 1998, p. 111).

Com essa colocação, o autor confirma sua crítica ao discurso vitimista, ao entender que os homens, de alguma forma, sempre seriam beneficiados pelo sistema de poder que os manteria numa situação privilegiada em relação às mulheres e outros segmentos a eles subordinados e que esses “custos” seriam inferiores aos benefícios proporcionados por uma masculinidade hegemônica.

Em contraponto ao discurso vitimista, Costa (2002) faz referência a outros autores que vêm buscando mudanças, mesmo que gradativas, em relação a esses pressupostos identitários e essencialistas. Nesse viés, estão, por exemplo, Connel (1995) e Almeida (1995). Esses autores trabalham com a idéia de várias masculinidades que são identificadas como hegemônicas, subordinadas, cúmplices e marginalizadas.

A masculinidade hegemônica seria aquela que garante a reprodução das situações de dominação dos homens em relação às mulheres. A masculinidade subordinada diz respeito à dominação e subordinação entre grupos de homens, como é o caso da dominação dos homens heterossexuais e subordinação dos homossexuais. As práticas de subordinação e dominação incluem o abuso, a violência legal, a discriminação econômica e pessoal. Os heterossexuais também são excluídos do círculo de legitimidade, dependendo da posição que ocupam na estrutura social e econômica. A masculinidade cúmplice se define pela ligação com o projeto de masculinidade hegemônica, mas sem incorporá-lo completamente. A masculinidade marginalizada se refere a relações entre as masculinidades e classes ou grupos étnicos dominantes e subordinados. É uma masculinidade que está marginalizada devido à condição subordinada de classe ou raça.

Para desenvolver seus argumentos referentes a essas diversas formas de masculinidade, Connel (1995) propõe um quadro teórico para entender as masculinidades e analisar a sua dinâmica, a partir de três enfoques.

O primeiro enfoque deste quadro teórico refere-se às relações de poder. Para este autor, a subordinação feminina e a dominação masculina constituem a principal linha divisória de poder na ordenação dos gêneros nas sociedades ocidentais. Segundo ele, tal estrutura persiste, apesar das resistências articuladas, principalmente pelo feminismo, e pelas mudanças de posição que têm ocorrido na prática, como, por exemplo, o número crescente de mulheres chefes de família. O segundo enfoque refere-se às relações de produção. Neste ponto, o autor comenta que a ordenação de gênero se dá no trabalho e na alocação de tarefas. Considera-se a acumulação capitalista como sendo um processo de acumulação ordenado por gênero. A noção de *Catexis*,² o terceiro enfoque, é definida nos termos freudianos como energia emocional vinculada a um objeto com um gênero definido. As relações que se estabelecem entre o objeto desejado e o objeto do desejo podem ser consensuais ou coercitivas, independentemente se o prazer obtido é igualmente dado e recebido. Ainda, segundo o autor, os desejos e as práticas sexuais que lhes dão forma e os realizam são aspectos da ordenação de gênero.

Connel (1995) enfatiza que a masculinidade hegemônica não tem um caráter fixo, igual em qualquer tempo ou lugar. É uma masculinidade que ocupa a posição hegemônica em um dado padrão de relações de gênero, sendo uma posição sempre contestável. A masculinidade hegemônica não diz respeito a um estilo de vida, mas a configurações que formam as relações de gênero.

Assim, novos grupos podem desafiar antigas soluções e construir uma nova hegemonia. Segundo o autor, o conceito de hegemonia, baseado nos estudos de Gramsci sobre as relações das classes sociais, é de caráter dinâmico, pois leva em consideração a luta pela liderança na mudança social.

O autor explica que a hegemonia, a subordinação e a cumplicidade constroem dimensões internas da ordenação de gênero e que a inter-relação entre gênero e as outras estruturas, como a classe, a raça/etnia, cria relacionamentos entre masculinidades fixas, pois são recriadas pela dinâmica social onde todas as dimensões estão simultaneamente em relação uma com as outras.

Nesse sentido, a relação entre masculinidades nas classes subordinadas ou grupos étnicos é referida como marginalização. A marginalização é sempre relativa ao poder da masculinidade hegemônica do grupo dominante em relação aos demais grupos.

² Termo utilizado por Connel que significa “investimento emocional numa atividade, objeto ou idéia”. No decorrer de seu texto, o autor considera os desejos e as práticas sexuais como objeto de tal investimento.

Almeida (1995) compartilha das idéias de Connel, pois considera que a masculinidade hegemônica envolve um discurso que atribui aos homens potencial privilegiado de dominação e superioridade social. O patriarcado seria uma ordem de gênero específica na qual a masculinidade hegemônica define a inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas.

Costa (2002), ao abordar a questão da masculinidade hegemônica, afirma existirem vários modelos de masculinidade hegemônica competindo entre si, sendo que masculinidades hegemônicas distintas produzem diferentes masculinidades subordinadas. Ou seja, em contextos diversos, diferentes masculinidades hegemônicas são impostas, salientando alguns atributos e negando outros. Por exemplo, explicam que, dependendo do contexto, revidar fisicamente a um insulto pode ser visto como prova de masculinidade ou, ao contrário, ser prova de masculinidade não revidar à agressão e controlar os impulsos.

Cada situação integra um processo contínuo onde pessoas negociam posições relativas de poder como indivíduos e como representantes de categorias sociais, tais como as baseadas em gênero, idade, classe ou raça. Assim, interpretações de violência dependem de percepções de legitimidade e provocação, isto é, não somente algumas pessoas aplaudirão uma reação violenta que outras deploram, como também as reações individuais não são sempre constantes. Exemplificam que, partir para a violência física pode ser interpretado como potência, pura ignorância ou uma fragilidade, dependendo da perspectiva das pessoas envolvidas e dos contextos sociais.

Esse padrão de masculinidade hegemônica, que representa a estrutura de poder das relações sexuais, desqualifica os comportamentos masculinos que não se adaptam a seus preceitos. Nesse sentido, ocultam um processo de luta contínuo que envolve “mobilização, marginalização, contestação, resistência e subordinação das modalidades de ser masculino que não são sancionadas pela matriz hegemônica”. Esta, por sua vez, é centrada no heterossexualismo, o que contribui para a construção de tipos subordinados de masculinidade. Nesse processo, “a masculinidade hegemônica é sustentada e mantida por um amplo segmento da população masculina em função da gratificação fantasiosa de fazer parte do poder que ela proporciona”. Além disso, pode retirar daí benefícios, tais como melhores salários em relação às mulheres em cargos que demandam as mesmas funções (OLIVEIRA, 1998, p. 104).

Assim, existiria uma luta por essa hegemonia. Conforme tratado por Almeida (1998), a masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingido por nenhum homem, exerce poder controlador sobre homens e mulheres.

Para o autor, o conceito de masculinidade hegemônica pode ser útil aos estudos sobre masculinidades em determinadas sociedades, desde que não seja tomado como universal e auto-explicativo, o que colocaria o conceito numa “camisa de força” pouco produtiva.

Nesse sentido, a visão de que existe uma masculinidade hegemônica, auto-explicativa e universal é limitada e nos reporta a explicações biológicas e naturalistas de que o sexo masculino é dotado de alguns atributos universais e imutáveis, como por exemplo, o poder e a virilidade, enquanto as mulheres seriam o sexo frágil, devendo ser dóceis e submissas e conformadas com esta condição que seria definida pela natureza.

Esta leitura coloca homens e mulheres numa condição de impotência e incapacidade de interferir para a mudança, o que constitui um equívoco, pois não existem modelos fixos e universais de masculinidades ou feminilidades, mas sim uma teia de relações sociais, políticas, econômicas e culturais que são mantidas justamente para garantir essas formas de comportamentos inalteradas.

A dominação depende de uma conjunção entre atributos que derivam do sexo, da classe social, raça, etc., o que contraria a perspectiva universalista a respeito da dominação masculina. Assim, esses padrões de masculinidades não são fixos, mas construídos através das práticas sociais em situações específicas e passíveis de mudanças, estando dependentes das inserções dos homens na estrutura social, política, econômica e cultural, além das configurações que formam as relações de gênero, o que possibilita a mudança social nas relações desiguais entre homens e mulheres (CONNEL, 1995).

Por fim, gostaríamos de considerar que os estudos sobre masculinidades necessitam ser compreendidos como parte dos estudos de gênero, sendo as identidades entendidas como construídas e definidas situacionalmente, isto é, a partir da inter-relação dos diferentes sistemas que compõem a sociedade.

Nesse sentido, é importante o desenvolvimento de estudos sobre masculinidades que incorporem a perspectiva de gênero, enfocando suas análises nas relações estabelecidas entre homens e mulheres e nas mediações masculino-feminino, ou seja, a partir da compreensão defendida por Costa (2002, p. 228) de que “homens e mulheres compartilham os valores culturais e constrangimentos de uma mesma sociedade”, e que “nesse processo, homens e mulheres aprendem a respeito um do outro, pois se gênero é constituído relacionalmente, aprender a ser homem traz em seu bojo aprender o que é ser mulher, e vice-versa”.

Os estudos sobre masculinidades devem fazer parte dos estudos a respeito de gênero, a partir do uso dessa categoria como relacional e não-identitária. Nesse sentido, no campo de estudos sobre a violência contra a mulher, em especial a violência presente no âmbito das

relações afetivo-conjugais, é fundamental considerar mulheres e homens, sem deixar de conceber as diversas possibilidades de construção de relacionamentos entre essas categorias.

A masculinidade (assim como a feminilidade) não é objetiva e nem natural, mas dependente de formas culturais dentro das quais emerge. Ou seja, a masculinidade é construída num espaço social, político, cultural e só pode ser compreendida dentro dos suportes simbólicos do masculino e do feminino próprios de cada sociedade.

Essa postura exige que se realize uma releitura de todo o nosso entorno, o que significa, por exemplo, repensar a cultura, a linguagem, os meios de comunicação social, as instituições como a família ou a religião e os processos políticos, a partir de uma perspectiva não só feminina, mas também masculina.

Masculinidade e violência doméstica

A partir dessa compreensão, analisamos os depoimentos de quatro homens autores de violência doméstica cujas companheiras relatam vivenciar o ciclo da violência em relações afetivo-conjugais. São homens pertencentes a camadas populares que concordaram em falar sobre seus pensamentos e visões de mundo, a partir do universo masculino.

Para a coleta do material do estudo, foi realizada uma pesquisa documental, considerando a relevância dos registros históricos e das fichas de acompanhamento das mulheres usuárias do CAM – Centro de Atendimento à Mulher, do Município de Londrina-PR. Selecionamos aqueles que apresentavam tempo de violência igual ou superior a dez anos, período considerado representativo para caracterizar o ciclo da violência. Foram identificadas 84 fichas de atendimento que se enquadravam nesse critério. Os dados coletados demonstraram que a maioria dos homens tem idade entre 31 e 50 anos, o nível de escolaridade concentra-se entre analfabeto e o primeiro grau incompleto, e 86% têm renda individual inferior a três salários mínimos. Optamos por aqueles casos que haviam passado pelo serviço nos últimos três anos, a contar do ano de 2004, visando facilitar o acesso aos sujeitos da pesquisa.

As narrativas dos quatro sujeitos entrevistados evidenciaram que, no imaginário simbólico de todos, ainda está presente o modelo tradicional do casamento nas sociedades ocidentais, construído a partir de um modelo heterossexual com diferenças concebidas como naturais. Descreveram o projeto matrimonial como constituído por um homem e uma mulher, com previsão futura de constituição de família, procriação, estabilidade, segurança e atribuições claramente definidas entre os sexos a partir das marcas de gênero.

Nesse sentido, competia aos entrevistados enquanto maridos representar um modelo de masculinidade que apresentasse como características principais: responsabilidade para chefiar e manter a família, capacidade de gerar filhos(as) e, em especial, saber como defender a sua honra e virilidade. Das mulheres esperavam que fossem donas de casa, mães orientadas para a procriação, cuidadosas, fiéis e disponíveis para o relacionamento sexual.

Esse modelo de conjugabilidade demonstrou exercer forte influência na rotina familiar e social dos entrevistados que trouxeram elementos confirmando essa idealização. Quando abordados sobre o significado do casamento, expressaram seus sentimentos. Antônio,³ em tom de angústia, relata: “Pensei que era para sempre, mas tá dentro da cabeça da gente”. Gilberto falou em tom de decepção: “A única coisa que segura é o amor”. E complementou: “Se casamento fosse bom, não precisava de testemunha”. José não se conformava com a separação, afirmando em tom de tristeza: “Ela quer a separação.” E João, dizendo-se traumatizado, comentou: “Acho que é legal [...], só que tem tanto trauma que a gente fica mal”.

Quanto à paternidade, para a maioria dos entrevistados sobressaiu a função ou obrigação econômica no sentido de provimento da prole em detrimento das relações afetivas. Em proporções diferentes, os quatro entrevistados demonstraram não ter conseguido alcançar o status, valor e prestígio dessa construção social da paternidade, provocando sentimentos de impotência, sofrimento, equívocos e dúvidas em diferentes níveis.

A afetividade e o cuidado foram sentimentos que se apresentaram estranhos aos seus comportamentos, conforme demonstraremos a seguir. Antônio, diante das crises do filho em função da dependência química, recorreu à polícia. Gilberto, como os demais, não poupou os filhos(as) das cenas de violência; omitiu qualquer sentimento em relação aos meninos. José, que demonstrou sofrimento diante das perdas econômicas, lamentou não poder cumprir a função de provedor da prole; por fim, João utilizava recursos equivocados na tentativa de estabelecer uma relação afetiva com os filhos. Acreditava que comprando presentes estaria manifestando seu afeto, entretanto, parecia mais uma disputa com a ex-companheira e a busca de uma cumplicidade que não existia.

As práticas sexuais e reprodutivas dos homens entrevistados também foram objetos dessa síntese. Em suas falas, Antônio, Gilberto, José e João explicitaram o poder que buscavam exercer sobre a vida reprodutiva e sexual das mulheres, embora delegassem a elas a

³ Os nomes dos entrevistados são fictícios.

responsabilidade pela contracepção, como se esta função fosse natural e exclusiva das mulheres.

Referente a esse tema, quando indagado sobre o uso de método contraceptivo, João respondeu que se submeteu à cirurgia de vasectomia para proteger a saúde de Tânia. Sobre esta questão, é importante ressaltar que, segundo registros do CAM, ela informou que não poderia mais engravidar porque tinha seqüelas resultantes de uma surra que levou de Gilberto em período gestacional.

Esse fato apresentou similaridade com a vida conjugal de João e Rita, cuja violência no período gestacional provocou um aborto de gêmeos no sétimo mês de gravidez.⁴

As narrativas confirmam que a violência esteve presente na vida conjugal de todos os sujeitos entrevistados, variando de forma e intensidade, associando-se a diferentes sentimentos e situações. Desconfiança, desonestidade, infidelidade, traição e ciúme apareceram como sentimentos que lhes causavam uma sensação de quase irracionalidade, mesmo enquanto uma possibilidade na esfera da imaginação. O medo da traição apareceu como um “fantasma” que os rondava e ameaçava colocar em dúvida aquilo que lhes era motivo de dignidade e estima: a honra masculina.

Em suas narrativas, os homens entrevistados deixaram bastante claro que, para a garantia da honra, sentimento exigido pela tradição da família, do casamento, das instituições e da sociedade, a violência era um método utilizado cotidianamente.

Nas cenas de violência, a face apresentou-se como a parte do corpo das mulheres preferencialmente atingida pelos companheiros (situação presente em todas as entrevistas). Antônio falou de seu desejo incontrolável de quebrar os dentes de Izabel. Gilberto, de posse de um facão, retalhou o rosto de Tânia. José desferiu um “pé do ouvido” em Lúcia e Gilberto agrediu com murros o rosto de Rita.

As agressões verbais também foram utilizadas e, na maioria das vezes, antecedendo as atitudes de agressões físicas. Desse cenário participaram tanto os maridos como as esposas, ambos apresentando dificuldades para resolver as situações de conflitos familiares. As mulheres pareciam participar mais acirradamente das discussões verbais, revidando as agressões físicas apenas como uma estratégia de defesa. Os homens não vacilavam diante de

⁴ Uma pesquisa realizada na cidade de São Paulo, de 1989 a 1992, constatou que 11,2% das mulheres assassinadas estavam nessa fase, sendo levantada a hipótese de a violência doméstica começar ou intensificar com a gravidez. Segundo Oliveira e Vianna, autoras do estudo, a gravidez pode provocar alguns sentimentos em alguns homens, como abalar a sua virilidade, em especial, pelas mudanças causadas no corpo da mulher nesse período; provocar sentimentos de rejeição; incerteza quanto à paternidade; redução da libido sexual e intolerância em relação a enjôo, indisposição, entre outros sintomas comuns em algumas mulheres no decorrer da gestação (OLIVEIRA; VIANA apud GUERRA, 1998).

um impasse não resolvido por meio do diálogo e recorriam à agressão física, justificando a existência de um sentimento irracional, que os impedia de evitar a cena de violência.

Os prejuízos causados por essas relações violentas à vida social e à saúde das famílias dos quatro entrevistados foram muitos, ficando evidenciado que ninguém saiu ileso. Os(as) filhos(as) apresentaram sofrimento, angústia, desespero, dificuldade escolar, dependência química, comportamento hiperativo, entre outros.

Percebeu-se também que os problemas de saúde provenientes dessa situação afetaram os homens e não somente as mulheres, contrariando a maioria dos estudos que tratam do tema. Antônio falou que passou a sofrer de hipertensão e síndrome do pânico após longos anos convivendo com a violência.

O controle da liberdade e da vida social das mulheres foi outro elemento que destacamos como causador de significativas perdas. Antônio confessou já ter agredido a esposa pelo fato de a mesma tê-lo desobedecido. João relatou a cena de violência desencadeada pelo fato de a mulher ter-se atrasado no horário de chegada da escola. Izabel, Tânia, Lúcia e Rita tiveram sua vida sexual e reprodutiva sob vigilância.

Outro elemento seria o uso de bebida alcoólica, identificado nos relatos de Gilberto, José e João. Pesquisas sobre o tema apontam a maior prevalência do uso de álcool entre o sexo masculino. Entretanto, esse fato não deve ser utilizado como justificativa para a ocorrência da violência contra a mulher, mas como mais um elemento relacionado ao status de masculinidade pelo falso prestígio que proporciona. Destacamos também o álcool como um fator coadjuvante na ocorrência desses episódios de violência em razão das alterações comportamentais que provoca, podendo potencializar o comportamento agressivo.

Em artigo resultante de uma pesquisa qualitativa com famílias que vivenciaram situações de violência doméstica, Muszkat (1998) argumenta que

Na área da saúde há uma tendência de associar o homem violento a categorias psicopatológicas, ao alcoolismo ou algum defeito de personalidade. Do ponto de vista jurídico, tudo nisso seria um atenuante em relação à culpabilidade do sujeito. De resto, esta é uma das atitudes preferenciais como já dissemos mostradas pelos homens interpelados: negam sempre sua responsabilidade em relação ao ato, seja usando o álcool como justificativa, seja colocando na mulher ou nos filhos a responsabilidade sobre as causas (dizem ter sido provocado na sua ira ou na sua sexualidade: “Ela me provoca”, “não consigo me controlar”, “fico tomado de uma outra entidade”). Racionalização e negação são os mecanismos que invariavelmente usam como defesa própria (MUSZKAT, 1998, p. 228).

A raiva, o ódio e a perda do controle são sentimentos identificados nas narrativas e que apareceram intensamente associados à inevitabilidade das cenas de violência. Expressões como “esquentar a moleira”, “chegar em casa com a cabeça quente”, “minha cabeça tava rodando”, “alguma coisa tava acumulada dentro de mim” e “o bicho pegava” misturavam-se a esses sentimentos numa nítida demonstração da dificuldade que apresentaram para lidar com as cenas de conflitos familiares. Esses repertórios circulavam no imaginário social dos homens entrevistados e podem ser utilizados como indicadores da construção da noção de “masculinidade” a partir do campo da violência nas relações conjugais, comprovando que a construção social de gênero se inscreve no corpo e também na linguagem.

Ressaltamos que, dentre os quatro entrevistados, apenas Antônio identificou a situação de violência cronicada, procurando desvendar quais seriam as razões que, por vinte e cinco anos, o manteve nessa relação. Arriscou diversas opiniões: quadro doentio; burrice; anormalidade; a infância submetida a cenas de violência; uma forma de desabafo e de descontar sua raiva na companheira; medo da mulher se envolver com outro homem. Como última tentativa, arriscou: “Acho que é uma auto-agressão”.

Antônio desenvolveu seu raciocínio na tentativa de emitir um juízo crítico em relação a suas atitudes violentas. Acreditamos que tal postura relaciona-se ao fato de que, dos quatro entrevistados, apenas ele havia passado por uma orientação, mesmo que breve, no Centro de Atendimento à Mulher. Entretanto, embora estivesse consciente de seus atos e os identificasse como violência, não conseguia modificar a sua conduta.

Gilberto e José, quando abordados sobre a existência de situações de violência, responderam de forma vaga, apresentando seus relatos fixados em situações que remeteram a dois tempos de suas histórias de vida conjugal. Ambos descreveram um passado que tinha como projeto a constituição de uma família e que, no presente, foi abortado. As razões apresentaram-se distintas. Gilberto, de posse de um facão, desfigurou a mulher visando à defesa de sua honra. José tornou-se dependente alcoólico e perdeu o emprego e, em sua concepção de masculinidade, também a honra, representada pela capacidade de prover e ser viril. No momento da entrevista, sua maior preocupação consistia em perder a mulher, temendo a infidelidade.

João, o último entrevistado, quando indagado sobre os episódios de violência conjugal, esquivou-se da culpa na maioria das vezes, mas a violência esteve presente no decorrer de quase todas as cenas de seus relatos, evidenciando que, por anos seguidos, o fato se repetiu em seu cotidiano familiar. Assim como Gilberto, apresentou-se como um companheiro compreensivo e conciliador, que buscava na religião o alívio para seus atos.

O que chama a atenção na análise desses relatos é o fato de a principal questão não se resumir só na dificuldade desses homens perceberem a gravidade do ato, mas em identificar e reconhecer os seus atos como violentos. Essa percepção confirma que os valores dos padrões de masculinidade que autorizam os homens a agir com violência estão fortemente sedimentados no plano do subjetivo, apresentando-se naturalizados e banalizados. Entendemos que permanecer nessa condição inviabiliza qualquer possibilidade de mudanças para o próprio autor da violência, implicando a necessidade de buscar mecanismos que invertam esse quadro.

Almeida (1998) contribui com essa reflexão quando manifesta sua preocupação com a questão identitária do discurso masculino, em que alguns indivíduos se autodefinem como homens:

[...] como é o meu projeto perante os outros... sem complicar com aquilo que é interessante; como os outros me projetam e me representam. A questão para mim era, por um lado, quais são as zonas de interação social, onde se usam justificativas que não recorrem à masculinidade no sentido local, quer dizer, “faço isso... sou isto... porque sou homem”, aqueles que misturam as duas coisas, trabalhador e homem, ou trabalhador porque homem, ou homem porque trabalhador, etc. E, por outro lado, aqueles casos em que só se usa o signo homem como qualquer coisa de essencialista que define a identidade em última instância, essa do Reich, ou essa do Bourdieu, do capital da masculinidade como último recurso (ALMEIDA, 1998, p. 223).

Observa-se nas entrevistas uma considerável ambigüidade, pois, na busca de tentar entender ou justificar um modelo de organização familiar e a manutenção das relações conjugais violentas, as percepções dos homens enfocados nessa pesquisa demonstraram a mistura de sentimentos que demonstraram fragilidade, romantismo e carências com outros que representavam imposição, força e poder. Ou seja, nem sempre correspondendo a modelos ou padrões de masculinidades, mas a formas de manifestação de seus sentimentos que são construídos a partir das relações de gênero. Essa situação esteve bastante presente no discurso dos quatro entrevistados, em especial quando se referiram às estratégias utilizadas para buscar a reconciliação.

A sedução apresentou-se no discurso da maioria dos entrevistados como um ritual envolvendo atitudes que se processavam na busca de um desejo bastante concreto: a reconciliação. Nesse sentido, a razão dos fatos que levaram àquela situação de violência é ignorada e banalizada como se não existisse nenhuma consequência. Tornou-se corriqueiro e até mesmo trivial para o casal a repetição cronificada das cenas como se fosse parte de um

teatro, num desenrolar contínuo de ações de violência, sedução e reconciliação, uma tragédia onde os personagens encontravam-se cotidianamente, tendo ao fundo o mesmo cenário.

A sedução e a sexualidade misturavam-se nesse ritual e pareciam se integrar a um padrão de comportamento onde cada parte tinha um significado e cada significado uma determinada valoração. Nessa composição, a virilidade, enquanto um atributo cultural da masculinidade, exerceu quase que um fascínio e foi corporificada na rotina de vida de cada um dos sujeitos entrevistados, não importando o custo para sua manutenção. Assim, ver ameaçado o controle sobre a relação heterossexual, seja na dimensão imaginária ou concreta, podia desencadear situações de violência, mas também de sedução.

Após os episódios de violência, as narrativas apontaram que, além da sedução sexual, os entrevistados utilizaram outros recursos para conseguir a reconciliação, ressaltando a delicadeza e carinho em seus comportamentos. Antônio mandava flores e escrevia cartas de amor. Gilberto fazia compras, prometia presentes e também escrevia cartas de amor. João apelava para a Igreja e usava o pastor como um outro recurso. José já não conseguia exercer sua virilidade para seduzir, pois lhe faltavam os dois principais atributos valorizados pela maioria das culturas das sociedades ocidentais: o corpo viril e o status econômico.

Oportunizar a esses quatro homens expressar as estruturas de gênero, a partir de seu cotidiano de vida conjugal, demonstrou a percepção que eles tinham da masculinidade e da feminilidade, o que se constituiu num importante elemento para a compreensão da violência presente no âmbito das relações afetivo-conjugais.

Considerações finais

A partir dessas falas, entendemos que não existe uma masculinidade hegemônica universal, mas que, no imaginário dos sujeitos dessas entrevistas, ainda está fortemente enraizado um modelo de ser homem, onde a valorização de características como virilidade e poder tem forte relação com comportamentos agressivos e dominadores. Reafirmamos que o grande equívoco está no fato de compreender que esse modelo é universal, não levando em consideração a teia de relações sociais, políticas, econômicas e culturais que são mantidas justamente para garantir essas formas de comportamentos inalterados.

Sinalizamos também que outras categorias como a classe e a raça permeiam as condutas e atitudes de homens e mulheres, interferindo em suas relações afetivas e contribuindo para a ocorrência de situações de violência.

A ação de manutenção ou ruptura de padrões culturais do ser masculino ou feminino apresenta sentidos múltiplos que podem fornecer subsídios para a manifestação ou construção de outros sentidos para a masculinidade e feminilidade, envolvendo homens e mulheres como atores desse processo.

Por fim, entendemos que esse estudo foi importante à medida que aproximou nosso conhecimento das práticas sociais masculinas e confirmou a necessidade de levar em consideração o olhar masculino nos estudos que se propõem a discutir a construção das relações de gênero em nossa sociedade.

Não existem respostas suficientes para todas essas questões, mas sabemos que as possibilidades de construção são infinitas e dependem de nossa capacidade de inovação, comprometimento social e da luta coletiva. Assim, conforme sinaliza Stolcke (2002), é fundamental que se valorize o lugar da ação política.

Referências

- ALMEIDA, M.V. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.
- ALMEIDA, M. V. “Flores do Colonialismo”: Masculinidades numa perspectiva antropológica. In: BESSA, K. A. (Org.). *Trajetórias do gênero, masculinidades...* Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1998. p. 201-229. (Cadernos Pagu, 11)
- CONNEL, R. W. Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, FAGED/UFRGS, v. 20, n. 2, 1995. (Gênero e Educação)
- COSTA, R. G. Mediando oposições: sobre a crítica aos estudos de masculinidades. In: ALMEIDA, H. B. et al. (Orgs.). *Gênero em matizes*. São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. p. 213-241. (Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais)
- LONDRINA. Prefeitura Municipal de Londrina. Secretaria Municipal da Mulher. *Relatório anual das atividades do Centro de Atendimento à Mulher 25 de Novembro*. Londrina, 2002.
- MUSZKAT, M. E. Violência de gênero e paternidade. In: ARILHA, M.; UNBEHAUM, S.; MEDRADO, B. (Orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS, 1998. p. 215-255.
- NOLASCO, S. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- OLIVEIRA, P. P. Discursos sobre a masculinidade. *Revista Estudos Feministas*, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – FCS/UFRJ, v. 6, n. 1, 1998.